



Ao
Exmo. Sr. Enrique Civera
MD. Presidente da Câmara de Vereadores
N/C

MOÇÃO DE PROTESTO

O vereador signatário requer, nos termos regimentais, a consignação nos anais desta casa e envio ao Congresso Nacional e ao Senado, uma **MOÇÃO DE PROTESTO** contra a **Proposta de Emenda Constitucional N 186/19**, a PEC Emergencial.

JUSTIFICATIVA

No dia 25 de fevereiro, no Senado Federal, vai à votação a PEC 186/19, chamada pelo governo federal de "PEC Emergencial". Na proposta, o governo mais uma vez escolhe atacar direitos do povo brasileiro, onde para recriar o auxílio emergencial, propõe a retirada da obrigatoriedade de investimentos mínimos em saúde e educação em âmbito Federal, Estadual e Municipal.

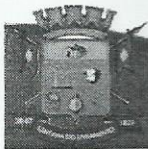
Por conta da possibilidade gravíssima de diminuição dos recursos para as áreas de Educação e Saúde em nosso município, em consequência da PEC 186/2019, que visa retirar a obrigatoriedade de investimento nessas áreas tão importantes para consecução dos direitos sociais e superação das desigualdades.

O quadro da pandemia já está agravando muito as desigualdades econômicas, sociais e regionais, sendo a garantia constitucional de recursos para essas áreas vital neste momento em que é necessário reformular e adaptar as formas de acesso da população aos seus direitos. Em vez de inviabilizar o FUNDEB com a aprovação dessa PEC, na área de educação é preciso aumentar o investimento para garantir o acesso a esse direito por meio de adequação sanitária dos espaços escolares e incremento ao acesso das escolas e estudantes à rede mundial de computadores; a alimentação escolar também é de vital importância, já que junto com a crise sanitária também vivemos um período de crise econômica.

Na área da saúde, desde a necessidade de ampliação da média e alta complexidade para lidar com a pandemia do novo corona vírus, é necessário incremento no investimento na saúde básica para evitar que demandas acumuladas sobrecarreguem o sistema.

Retirar a obrigatoriedade de investimento nessas áreas é agir no sentido contrário das garantias que nossa Constituição Cidadã de 1988 estabeleceu. A PEC 186/2019, ao pretender retirar a obrigatoriedade de gastos em educação e saúde, sob o argumento de que os índices do Brasil nessas áreas são baixos em comparação com o resto do mundo, só servirá para agravar ainda mais as desigualdades em educação e saúde.

Se já estamos vivendo uma situação muito grave nessas duas áreas vitais para a cidadania em consequência da pandemia da SARS-CoV-2, sem a



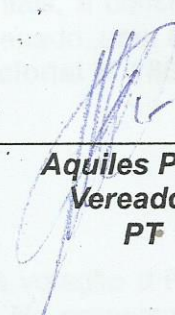
SANTANA DO LIVRAMENTO
CÂMARA DE VEREADORES
GABINETE AQUILES PIRES



garantia de recursos suficientes estaremos a ponto de viver um completo colapso dos sistemas de educação e saúde.

Nosso município necessita de mais recursos para educação e saúde e não o contrário, não conseguiremos suportar um corte tão drástico nos repasses e no investimento nessas duas áreas.

Santana do Livramento, 24 de fevereiro de 2021.


Aquiles Pires
Vereador
PT

☎ 55 3241 8636

f AquilesPires

@aquilespires

M vereadoraquilespires@gmail.com

☎ 55 991437695

